

Relator quer desincompatibilização em dezembro

BRASÍLIA — O relator da Comissão Mista que examina a emenda de convocação da Constituinte, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), afirmou ontem que a proposta de que os ocupantes de cargos executivos que pretendam concorrer à Assembléia se desincompatibilizem até o próximo 31 de dezembro "é de alta moralidade e certamente será acolhida pelos congressistas".

Ele disse que a longa tradição brasileira de ingerência do poder público no processo eleitoral indica a necessidade de ser fixado em um ano o prazo de desincompatibilização. Admitiu, entretanto, que entre o ideal e o possível "a distância é muito grande".

A idéia de se estabelecer um prazo de desincompatibilização para os ocupantes de cargos executivos que detenham mandato eletivo menor do que o fixado para os demais não é bem recebida por Bierrenbach, para quem "é ruim o estabelecimento de distinções, pois isso fere o princípio da isonomia".

O Deputado Alberico Cordeiro (sem partido — AL), que integra um grupo de parlamentares interessado no aumento do prazo de desincompatibilização, informou que na próxima semana o grupo entrará em contato com os Senadores para tentar convencê-los da necessidade de ser

aprovada a proposta. Ele recebeu ontem a informação de que diretores de bancos estão fazendo caixinhas para empréstimos e disse que há Secretários de Estado utilizando a máquina administrativa em favor de suas candidaturas.

Além de abordar a questão da desincompatibilização no substitutivo que apresentará à proposta governamental, Bierrenbach pretende incluir em seu trabalho a desvinculação das eleições para Governador e para a Constituinte e a eleição de delegados constituintes, que participariam apenas da elaboração da Constituição.

O relator vem fazendo consultas para se definir sobre se inclui ou não no substitutivo a proposta de anistia ampla, geral e irrestrita. Segundo disse, há "problemas nas Forças Armadas em relação à idéia de os punidos serem reintegrados".

Bierrenbach disse que a discussão pelo Conselho Político da tese dos delegados constituintes foi produto de longa conversa que teve na última segunda-feira com o Líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga.

A proposta examinada pela Comissão Mista e pelo Conselho Político de admitir a eleição de delegados constituintes não tem chances de aprovação pelo Congres-

so, segundo admitiu ontem um membro da cúpula do PMDB com acesso ao Governo. Ele disse que as bancadas do Nordeste impedirão que a tese consiga o apoio de dois terços dos parlamentares, porque seu peso proporcional na Assembléia seria diminuído.

A idéia seria eleger delegados no mínimo de um e no máximo de vinte por Estado, de acordo com um critério proporcional baseado na população.

Na reunião do Conselho Político terça-feira passada, a idéia foi colocada para exame mas não encontrou defensores. O Líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, foi o principal opositor à tese — que tem como patrono o Governador de São Paulo, Franco Montoro — afirmando que ela abalará a representação federativa no Congresso.

Em São Paulo, Franco Montoro disse ontem que o delegado constituinte — elemento apartidário que poderá figurar ao lado dos Senadores e Deputados na próxima legislatura — dará equilíbrio e representação à Constituinte, caso a idéia seja aprovada pelo atual Congresso. Segundo ele, o delegado representa uma resposta à reivindicação da comunidade, que pretende lançar candidatos independentes dos partidos políticos.